

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

PEDAGOGIA

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expresso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que instituiu o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Do ponto de vista histórico, a construção da educação profissional remonta ao século XIX, destinada a amparar os “órfãos e os demais desvalidos da sorte”. Nesse sentido, a educação profissional possuía uma perspectiva

- (A) emancipatória.
- (B) assistencialista.
- (C) autônoma.
- (D) politécnica.

QUESTÃO 32

A Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é um marco na forma de tratamento da educação profissional, uma vez que as legislações anteriores tratavam desse tema parcialmente. Além disso, a LDB trata a educação profissional como uma modalidade da educação, trazendo-a em um capítulo específico. A Educação Profissional e Tecnológica – EPT tem como finalidade

- (A) preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.
- (B) oferecer uma educação que atenda àqueles que pretendam aprender um ofício por meio do ensino prático e técnico.
- (C) fornecer para os trabalhadores uma formação profissional em instituições especializadas ou no próprio trabalho, com ênfase no aprendizado.
- (D) formar técnicos com uma visão tecnicista e instrumental para atender às demandas do mercado.

QUESTÃO 33

Leia o texto a seguir.

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal.

PACHECO, Eliezer Moreira. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010.

Segundo o texto, os Institutos Federais objetivam uma formação para

- (A) as ocupações demandadas pelo mercado, atendendo aos seus pressupostos.
- (B) as antigas formas de organização produtiva e suas especializações.
- (C) os modos meritocráticos e hierárquicos da cadeia de produção.
- (D) a cidadania e o preparo para o mundo do trabalho, com arte, música e cooperativismo.

QUESTÃO 34

O Decreto nº 5.154/2004 afirma que a educação profissional observará a seguinte premissa:

- (A) a centralidade do trabalho como princípio educativo.
- (B) a organização curricular dos itinerários formativos.
- (C) a Base Nacional Comum Curricular.
- (D) as etapas da educação básica.

QUESTÃO 35

Segundo o artigo 4º do Decreto nº 5.154/2004, a articulação da educação profissional técnica de nível médio se dará da seguinte forma:

- (A) por meio da dissociação entre a educação básica e profissional.
- (B) através na manutenção da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.
- (C) pela forma integrada entre educação profissional e educação básica.
- (D) pelo preparo para exercer funções diferenciadas – intelectuais ou manuais.

QUESTÃO 36

Segundo a Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais objetivam

- (A) desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- (B) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.
- (C) organizar o ensino de acordo com a Base Nacional Comum Curricular e pelos itinerários formativos escolhidos pelos estudantes.
- (D) oferecer um ensino propedêutico, voltado ao ensino técnico e às competências e habilidades.

QUESTÃO 37

As organizações pedagógicas da educação profissional, científica e tecnológica, em seus diferentes níveis e modalidades, nos Institutos Federais, têm como princípio uma formação

- (A) voltada a atender aos anseios mercadológicos.
- (B) pensada com vistas ao profissional técnico.
- (C) centrada no viés humanista, integral ou politécnico.
- (D) desenvolvida por meio da lógica pragmática.

QUESTÃO 38

Leia o texto a seguir.

A formação politécnica, proposta dos Institutos Federais, é uma formação que "diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno [e] está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho."

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de Politécnica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. [Adaptado].

Politécnica, nesse sentido, se baseia

- (A) na formação do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica.
- (B) na aprendizagem por meio da experiência e no cultivo da técnica como um fim em si mesma.
- (C) na profissionalização, inspirada na educação profissional, a partir de implantação da Lei nº 5.692/1971.
- (D) no reforço ao dualismo pedagógico: por um lado, a formação de trabalhadores, e, por outro, a formação das elites.

QUESTÃO 39

O que se entende por formação integrada?

- (A) A distinção de espaços para a formação básica e profissional.
- (B) A formação geral minimizada pela formação profissional.
- (C) A manutenção do dualismo educacional para elites e trabalhadores.
- (D) A articulação entre ensino médio e educação profissional na educação politécnica.

QUESTÃO 40

O artigo 2º da Lei nº 11.892/2008 define os Institutos Federais como instituições de

- (A) educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.
- (B) educação especial, cuja finalidade é acolher, em espaços específicos, pessoas com deficiência, atendendo-as em suas necessidades específicas.
- (C) espaços que contemplem os centros federais de educação tecnológicas – CEFET's – e as escolas agrotécnicas federais.
- (D) séries iniciais da formação, cuja finalidade é ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

QUESTÃO 41

O currículo integrado tem como objetivo compreender o conhecimento a partir do viés de uma visão global. A perspectiva de integrar áreas do conhecimento, de modo que seja possível obter a compreensão sistêmica do objeto de estudo, é a

- (A) Base Nacional Comum Curricular.
- (B) competência.
- (C) interdisciplinaridade.
- (D) disciplina.

QUESTÃO 42

Leia o texto a seguir.

Sacristán (2000, p. 16) conceitua currículo como “[...] uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.”. Assim, currículo é uma prática que estabelece a função socializadora de cada instituição, expressando-se por intermédio de diversas práticas, dentre elas as práticas pedagógicas, voltadas ao ensino. É construído através de um projeto ou plano ordenado por determinados princípios, que agregam valores e tornam a instituição peculiar em relação às outras. Em relação ao conceito de integrar (integração), não podemos nos prender aos conceitos morais do sentido da palavra, como tornar íntegro, inteiro. O termo deve ser compreendido em sua completude, como as partes no seu todo, a unidade no diverso, onde a educação é tratada como em sua totalidade social, desde suas mediações históricas até a concretização dos processos educativos.

ANA, Wallace Pereira Sant; NOGUEIRA, Sara Maria Souza; BRITO, Wanderley Azevedo de. *Reflexões sobre o currículo integrado na educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades*. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e8813, 2020.

A educação, segundo o texto, é composta de

- (A) partes independentes.
- (B) totalidade social.
- (C) disciplina escolar.
- (D) prática social.

QUESTÃO 43

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010). Nesse sentido, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, na Educação Profissional, Científica e Tecnológica dos Institutos Federais, pressupõe

- (A) indissociabilidade.
- (B) fragmentação.
- (C) independência.
- (D) desvinculação.

QUESTÃO 44

Segundo o artigo 6º da Resolução nº 6/2012 do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, são princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- (A) a formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.
- (B) a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.
- (C) o estabelecimento, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.
- (D) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

QUESTÃO 45

Leia o texto a seguir.

Ao se considerar o perfil socioeconômico dos negros, nota-se que eles representam 9,4% do grupo dos 10% mais pobres do Brasil e apenas 1,8% do grupo dos 10% mais ricos dos brasileiros. Como reflexo dessa condição socioeconômica, ao se considerar a escolarização por grupos étnicos, constata-se que a taxa de escolarização em nível superior dos indivíduos com 25 anos, idade regular de ter concluído a educação superior, é de 15% na etnia branca, 5,3% na etnia parda e de 4,7% na etnia negra. Esse é, pois, um indicativo de que os afrodescendentes se encontram em maior desvantagem em termos de acesso à escolarização superior.

ROSA, Chaiane de Medeiros. *Limites da democratização da educação superior: entraves na permanência e a evasão na Universidade Federal de Goiás*. Poiesis Pedagógica, Catalão (GO), v. 12, n. 1, p. 240-257, 2014.

Ao analisar o texto acima, no que se refere à escolarização no Brasil, as desvantagens quanto ao êxito acadêmico se dão entre os

- (A) brancos.
- (B) pardos.
- (C) negros.
- (D) europeus.

QUESTÃO 46

A Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), define, no início de seu texto, uma concepção de educação e a abrangência de sua atuação normativa. Conforme o texto da referida lei, a educação

- (A) corresponde aos usos, costumes, formas de vida, vivência, convivência e socialização no âmbito da cultura de uma dada sociedade, envolvendo ritos, práticas, técnicas, hábitos e manifestações (religiosas, artísticas, simbólicas) diversas da vida cotidiana, todas elas concernidas pela lei e sujeitas à sua normativa.
- (B) envolve o conjunto dos aspectos que configuram o ser humano como produtor e produto da cultura, entendida como uma soma rica, complexa e dispersa de práticas, ritos, formas de fazer, simbolizar, conceber, imaginar e socializar no âmbito de uma dada sociedade em suas múltiplas instâncias, como as famílias, as associações, as empresas, as escolas e as universidades. A LDB abrange e disciplina todas essas instâncias.
- (C) compreende um conjunto de processos formativos ligados, mais amplamente, ao universo da cultura da sociedade, compreendida como práticas, ritos, formas de fazer, simbolizar e socializar. Em nossa sociedade, a educação ocorre em instâncias específicas, como a família, grupos, associações e movimentos sociais, como também ocorre em instituições, tais como empresas, escolas e universidades. Nesse amplo conjunto, a LDB disciplina a educação que tem lugar na vida das famílias, das escolas e das universidades.
- (D) abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Quanto à sua atuação normativa, o texto afirma que a LDB disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

QUESTÃO 47

Leia o caso a seguir.

D.L. é professora no Ensino Médio de um Instituto Federal de Educação. Ela planeja organizar suas aulas e o processo avaliativo correspondente. Para isso, estabeleceu duas avaliações: uma prova individual a ser aplicada ao final do primeiro semestre e uma segunda prova a ser aplicada ao final do segundo semestre. As avaliações aplicadas não retroalimentam as ações didático-pedagógicas da professora.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no que foi descrito, é possível inferir que a professora D.L. pratica uma avaliação do tipo

- (A) construtivista.
- (B) formativa.
- (C) somativa.
- (D) diagnóstica.

QUESTÃO 48

Surgidas em correntes pedagógicas no início do século XX, as metodologias ativas foram retomadas ao final desse mesmo século como uma importante iniciativa para repensar os modos de fazer no âmbito da educação escolar. Um dos caracteres marcantes das metodologias ativas é

- (A) a necessária secundarização dos conteúdos de ensino.
- (B) o favorecimento do protagonismo do aluno.
- (C) a relativização do conhecimento científico.
- (D) o reforço da figura tradicional do professor.

QUESTÃO 49

A educação brasileira está organizada em níveis e modalidades de ensino. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que a educação escolar é composta pela

- (A) educação infantil, em creches e pré-escolas, ensino fundamental e ensino médio, bem como em modalidades de ensino tais como a educação especial e a educação de jovens e adultos.
- (B) educação em jardins de infância e escolas maternas, ensino fundamental e ensino médio, bem como em modalidades de ensino como os cursos técnico-profissionais e os cursos de especialização *lato sensu*.
- (C) educação básica integral, correspondendo ao ensino fundamental e ao ensino médio, bem como em modalidades de ensino como a educação profissional e a educação especial.
- (D) educação infantil, ensino de primeiro grau e ensino de segundo grau, bem como pelas modalidades de ensino tais como a educação profissional, a educação de jovens e adultos e a educação especial.

QUESTÃO 50

Leia o texto a seguir.

“Quero aprender a ler e a escrever” disse, certa vez, a camponesa de Pernambuco, para deixar de ser sombra dos outros”. É fácil perceber a força poética se alongando em força política de que seu discurso se infundiu com a metáfora de que se serviu. Sombra dos outros. No fundo, estava cansada da dependência, da falta de autonomia de seu ser oprimido e negado. De “marchar” diminuída, como pura aparência, como puro “traço” de outrem. Aprender a ler e a escrever mostraria a ela, depois, que, em si, não basta para que deixemos de ser sombra dos outros; que é preciso muito mais. Ler e escrever a palavra só nos fazem deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a “leitura do mundo”, tem que ver com o que chamo a “re-escrita” do mundo, quer dizer, com sua transformação.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Editora Unesp, p. 40, 2000.

O quadro acima traz um pequeno trecho dos escritos de Paulo Freire, no qual podem ser identificados alguns aspectos importantes de sua proposta educacional e pedagógica. Com base no que apresenta o referido trecho, é possível afirmar que a pedagogia freireana corresponde a uma proposta de educação

- (A) fundada numa visão individualista e neoliberal.
- (B) baseada em uma pedagogia que valoriza os meios e secundariza os fins da educação.
- (C) norteada por uma visão de educação que desvaloriza o conhecimento escolar.
- (D) marcada pelo aspecto político do ato pedagógico.

QUESTÃO 51

Veja o texto a seguir.

O racismo estrutural estrutura a sociedade brasileira desde a invasão portuguesa nessas terras. Assim, quando pensamos na organização das nossas escolas, essa discussão não existia. Atualmente, a educação antirracista (que vem sendo proposta há décadas) ganhou bastante força, e esse debate tem sacudido todas as pessoas, negras e não-negras, brancas e não-brancas, a não mais compactuar com essas estruturas.

Iracema Santos do Nascimento. *Entrevista a Stephanie Kin Abe*. CENPEC. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

Conforme se pode ler no trecho destacado, o racismo é uma questão que marca a sociedade brasileira ao longo de sua história e constituição. Considerando a Educação Básica e a Educação Superior e observando estritamente o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o racismo e a problemática que o envolve

- (A) devem ser abordados nas instituições da Educação Básica, contudo, não configura questão própria à Educação Superior.
- (B) evocam uma discussão meramente ideológica que não tem lugar ou sentido para as instituições envolvidas, pois se trata de problemas externos a essas instituições.
- (C) compreendem um tema que não pode ser ignorado nas instituições e nas práticas educacionais docentes.
- (D) configuram uma questão importante, porém que não cabe ser tematizada, pois o propósito das instituições educacionais mencionadas é a transmissão dos conteúdos científicos.

QUESTÃO 52

Analise o caso a seguir.

Em um Instituto Federal de Educação, uma professora que leciona química para as turmas do segundo ano do Ensino Médio organizou, com bastantes detalhes, o trabalho pedagógico do semestre. Ela utilizou como recurso metodológico um júri simulado ao qual os experimentos feitos pelos alunos em pequenos grupos deveriam ser submetidos. Cada experimento realizado pelos grupos deveria ser acompanhado da descrição do que foi realizado, dos meios empregados e da sequência das ações. O júri, formado pela professora e por alunos previamente sorteados, deveria avaliar o que foi realizado e observar se os critérios científicos foram corretamente empregados. O veredito final do júri fechava o bloco de aulas, com as respectivas devolutivas a respeito do que foi realizado por cada grupo.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no que foi descrito, é possível afirmar que a professora utilizou, em suas aulas, o que se denomina de

- (A) método Paulo Freire.
- (B) metodologias ativas.
- (C) método tradicional.
- (D) metodologia comportamentalista.

QUESTÃO 53

Sendo uma república federativa, o Brasil utiliza um modelo de organização da educação dividido em sistemas de ensino correspondentes às atribuições de cada ente federativo. No tocante ao sistema federal de ensino, este compreende as instituições de

- (A) ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais de educação.
- (B) educação básica e educação superior mantidas pelo Governo Federal, excluindo as instituições de ensino superior mantidas pela iniciativa privada.
- (C) ensino em escolas públicas mantidas pela União; as instituições de educação escolar mantidas pela iniciativa privada; as universidades públicas e as faculdades isoladas, mantidas pela União.
- (D) educação básica, quando mantidas pela União, e pelas instituições públicas e privadas de educação superior, excluindo os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

QUESTÃO 54

Conforme a Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal têm obrigações diretas com os níveis e segmentos de educação que lhes são concernentes. No que diz respeito ao oferecimento da Educação Básica e às obrigações dos estados, estes devem

- (A) garantir o ensino médio, excluindo a educação profissional, e assegurar a segunda fase do ensino fundamental a todos que o demandarem.
- (B) prover o ensino médio e oferecer, com prioridade o ensino fundamental a todos que o demandarem.
- (C) ofertar a educação básica concernente ao ensino fundamental e médio a todos que o demandarem desde que tenham a idade de até dezessete anos.
- (D) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.

QUESTÃO 55

Na busca de mudanças positivas nas práticas pedagógicas escolares, um interesse crescente vem sendo dado às metodologias ativas. Entre alguns exemplos de métodos e técnicas que integram as metodologias ativas estão a

- (A) elaboração individual de resenhas de textos acadêmicos, o método de aulas magistrais, seminários de estudos.
- (B) aula expositiva, o estudo individual orientado, a técnica Phillips 66.
- (C) técnica Phillips 66, a problematização com o Arco de Maguerez, a aprendizagem baseada em projetos.
- (D) aprendizagem baseada em problemas, o método de aulas magistrais, a técnica de elaboração individual de resumos.

QUESTÃO 56

Analise o caso a seguir.

Leccionando para uma turma na modalidade de educação de jovens e adultos, um professor percebeu que vários de seus alunos tinham algum tipo de experiência profissional e histórias de vida em comum: vinham de famílias pertencentes às camadas populares, tiveram percurso escolar descontínuo etc. Desse diagnóstico inicial, ele passou a anotar, no decorrer das aulas, algumas palavras que circulavam no universo daqueles alunos, palavras ligadas às suas experiências de vida e trabalho. Elas foram mobilizadas na sequência das aulas, configurando temas geradores a partir dos quais a turma era levada a discutir, refletindo em grupo e trabalhando o processo de escrita. O professor tinha clareza de que, junto com o aprendizado da escrita, vinha uma maior capacidade dos alunos em interpretar criticamente o mundo e de eles serem, ainda que numa escala pouco visível, agentes de transformação.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O quadro acima descreve uma prática pedagógica desenvolvida por um professor em sala de aula com seus alunos. Toda prática pedagógica porta uma teoria e uma concepção de educação, ainda que seus agentes possam não ter consciência disso. No que diz respeito ao caso descrito, é possível inferir que nele se expressa a concepção pedagógica própria à

- (A) educação escolanovista.
- (B) educação libertadora.
- (C) pedagogia crítico-social dos conteúdos.
- (D) pedagogia tradicional bancária.

QUESTÃO 57

A docência é uma profissão com responsabilidades e obrigações de diversas ordens. As atribuições dos docentes são descritas no artigo 13 da Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Conforme o referido artigo, os docentes devem

- (A) participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- (B) contribuir com a construção da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; estabelecer estratégias de recuperação bimestral para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente em contraturno dos períodos dedicados ao planejamento e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- (C) colaborar, quando solicitados, com a organização do trabalho pedagógico da escola, cujo documento base é o projeto pedagógico; auxiliar nas atividades de integração entre escola, famílias, igrejas, associações e comunidade; ministrar as aulas nos dias letivos estabelecidos no calendário anual, assim como cumprir a carga horária determinada de 200 dias letivos; promover práticas que contemplem a diversidade, a inclusão e a boa convivência na sala de aula e na instituição escolar.
- (D) avaliar e validar a proposta pedagógica da escola; elaborar coletivamente seu plano de trabalho e construir plano de ações comuns entre os docentes; ministrar as aulas nos dias letivos previamente fixados no calendário anual, assim como cumprir a carga horária determinada de 200 dias letivos; promover práticas integrativas que contemplem a diversidade, a inclusão e a boa convivência na sala de aula, na escola e na comunidade. Contribuir com as ações próprias de integração entre escola e comunidade.

QUESTÃO 58

Leia o texto a seguir.

Art. 8º. É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*.

O excerto acima pertence ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. No tocante à garantia de direitos, a leitura do referido excerto permite inferir que a

- (A) garantia dos direitos às pessoas com deficiência é uma atribuição exclusiva do Estado tendo em vista a promoção de ações que possibilitem assegurar a dignidade, o desenvolvimento e a inclusão social da pessoa com deficiência.
- (B) legislação focaliza a garantia de direitos nas pessoas com deficiência menores de idade, cobertas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando assegurar-lhes um universo de direitos básicos, como à educação e à vida.
- (C) família é concebida como instância prioritária de atenção do poder público e como principal responsável por assegurar os direitos das pessoas com deficiência, cabendo ao Estado o papel de subsidiar as famílias que não puderem arcar com as despesas decorrentes.
- (D) obrigação de garantia de direitos às pessoas com deficiência é uma atribuição dispostas em várias instâncias e abarca um conjunto de elementos concernentes à dignidade humana e aspectos essenciais do mundo contemporâneo.

QUESTÃO 59

Analise o caso a seguir.

Na condição de coordenadora de um Instituto Federal de Educação, a professora M.A. está preocupada com a avaliação praticada pelos docentes da instituição. Ela observa que o projeto pedagógico institucional diz sobre avaliação formativa, algo distante do que ela nota ter lugar naquela unidade. Como coordenadora, ela entende que a questão não é banal e planeja sua ação de intervenção sobre o assunto no decorrer de todo o semestre. Numa primeira reunião com o coletivo de docentes do instituto, uma pergunta lhe veio logo no início: o que é a avaliação formativa?

Elaborado pelo(a) autor(a).

A essa pergunta, a coordenadora deve responder que se trata de uma

- (A) metodologia avaliativa direcionada ao diagnóstico da condição atual do aluno e das necessidades de seu desenvolvimento. O momento chave da avaliação formativa é a escolha do dispositivo avaliativo para o diagnóstico dos alunos. O dispositivo escolhido (pequenos exercícios, provas etc.) deve ser invariável durante todo o processo tendo em vista a compreensão evolutiva da aprendizagem dos alunos. A invariabilidade didática é a característica essencial da avaliação formativa.
- (B) prática de avaliação necessariamente normativa. A avaliação caracterizada como do tipo formativa corresponde a uma avaliação do tipo normativa ao situar o desempenho do aluno comparando-o com os demais de seu grupo. Isto permite que o desempenho individual possa ser melhor analisado e percebido quanto ao seu efetivo crescimento. Condição necessária para isso é a estabilização dos procedimentos didáticos ao longo do período letivo, o que sugere a importância crucial do planejamento.
- (C) concepção de avaliação cujos pilares repousam na busca pelo desenvolvimento do aluno, do professor e da própria escola. Ela não é diretamente visível na identificação dos dispositivos de avaliação utilizados. Balizada pelo ideário de formar e informar, é a intenção dominante do processo pedagógico que diz sobre ela. A variabilidade didática a partir das necessidades manifestas no retorno dado pelos alunos é uma de suas expressões e sinal de sua presença no trabalho pedagógico.
- (D) modalidade de avaliação somativa com características especiais. A avaliação do tipo formativa compreende o modelo de avaliação que situa a performance do aluno comparando-a com os demais da classe e com propósito classificatório. Isto permite que o desempenho individual possa ser visualizado em seu crescimento, mas também na identificação das dificuldades de aprendizagem. Condição necessária para isso é o bom planejamento e o compromisso do docente com seus alunos.

QUESTÃO 60

A Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece, nos termos de seu artigo 12, as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Entre essas incumbências, está que os referidos estabelecimentos devem

- (A) estruturar seu projeto pedagógico com base nas determinações das secretarias de educação; administrar seu quadro de docentes e demais servidores, na forma de Lei; notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 25% (vinte e cinco por cento) do percentual permitido em lei.
- (B) elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.
- (C) executar a proposta pedagógica definida em colaboração com as secretarias de ensino; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola e meios de colaboração para apoio financeiro à unidade de ensino; promover ações didáticas para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- (D) construir sua própria proposta educacional e seu respectivo currículo; classificar, hierarquizar e apresentar as informações relativas ao rendimento escolar dos alunos em local público e visível; informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.